

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES**

**VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

**Aluna: Rosane Antonia de Souza**

**Orientadora: Joseth Martins**

**Curitiba, fevereiro de 2010.**

## RESUMO

A violência na escola é um tema de grande relevância, inserido no processo educacional. Muito se tem abordado sobre o referido assunto e muitas pesquisas foram direcionadas nesse campo. Partindo desse pressuposto, passa-se a estudar pessoas, idéias e atitudes que contribuem para que essa violência aconteça. Para a realização deste trabalho analisa-se a violência, suas causas e conseqüências. Trata-se de um estudo qualitativo cujo objetivo é analisar os significados que a violência assume em diferentes contextos sociais e as formas como se manifesta no cotidiano escolar, investiga-se o sentido atribuído às práticas de violência, como o porte de arma de fogo no ambiente escolar, e a inter-relação entre essas práticas e as instituições que cumprem um papel de socialização dos jovens: escola e família. Busca-se também refletir sobre novas estratégias para o enfrentamento da violência a partir de sua interseção no cotidiano da escola. Conclui-se que o lugar da escola e da família como fontes privilegiadas de mediações possibilita uma atuação ampla no campo da prevenção da violência. Mas é necessário que essas instituições caminhem juntas, buscando principalmente estabelecer uma relação respeitosa com os jovens.

Palavras-chave: Violência, escola, família, causas, conseqüências.

## ABSTRACT

School violence is a topic of great importance, included in the educational process. Much has been approached on that subject and much research has been directed in this field. Based on this assumption, is to study people, ideas and attitudes that contribute to this violence happens. For this work analyzes the violence, its causes and consequences. This is a qualitative study aiming to examine the meanings that violence takes in different social contexts and the ways it manifests itself daily in schools, we investigate the meaning attributed to the practices of violence and the carrying of firearms in school environment, and the inter-relationship between these practices and institutions that play a role in the socialization of young people: school and family. Search also reflect on new strategies for coping with violence from its intersection daily at school. Conclude that the place of the school and the family as privileged sources of mediation allows wide performance in the field of violence prevention. But it is necessary that these institutions work together, seeking mainly to establish a respectful relationship with the young.

Keywords: Violence, school, family, causes, consequences.

# 1. INTRODUÇÃO

A escolha do assunto violência nas escolas públicas foi como desafio e uma forma de se aprofundar no conhecimento de suas causas e formas de evitá-la, dentro da área educacional. Considera-se importante este estudo voltado para os fatores que provocam a violência nas escolas públicas, por ser atual. No contexto sociocultural, entende-se que esse enfoque ajuda a compreender a complexidade da problemática educacional bem como as dificuldades encontradas pelos professores, pela escola e pela sociedade na busca de soluções para resolver esse problema.

O estudo, com base em referencial bibliográfico, justifica-se por ajudar no melhor entendimento do tema bem como para futuras investigações e servirá também de auxílio no sentido de que os alunos e a escola tentem compreender a atual situação de violência existente, para que se possa fazer uma reflexão crítica sobre este assunto e organizar diretrizes que busquem solucionar ou, pelo menos, minimizar o problema, melhorando assim, a convivência no contexto escolar.

O objetivo geral do trabalho é investigar de que maneira os atos de violência vivenciados nas escolas repercutem nesta comunidade. Nesta perspectiva, pretende-se analisar as causas da violência na escola e sua repercussão social, o papel do professor na superação da violência vivenciada na escola, a participação da família e da população em geral.

Supõe-se que os problemas e desajustes familiares interferem significativamente na geração da violência na sociedade e na escola. Além disso, os educadores precisam se conscientizar da necessidade de orientarem os alunos no sentido de desenvolverem uma relação de paz e harmonia na família, na escola e na sociedade. A escola tem uma função importante na solução da problemática da violência no seu contexto e na sociedade, mas não está preparada para enfrentar as dificuldades pertinentes ao comportamento agressivo do aluno adolescente que vivencia um ambiente extra-escolar altamente influente no comportamento do adolescente.

Este estudo se baseou, essencialmente, em pesquisa bibliográfica de autores diversos analisando vários enfoques e teorias a respeito do assunto.

## 2. VIOLÊNCIA: UM CONCEITO

Violência é um comportamento que causa dano a outra pessoa, ser vivo ou objeto. Nega-se autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. O termo deriva do latim *violentia* (que por sua vez o amplo, é qualquer comportamento ou conjunto de deriva de *vis*, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente.

Assim, a violência diferencia-se de força, palavras que costuma estar próximas na língua e pensamento cotidiano. Enquanto que força designa, em sua acepção filosófica, a energia ou "firmeza" de algo, a violência caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride.

Existe violência explícita quando há ruptura de normas ou moral sociais estabelecidas a esse respeito: não é um conceito absoluto, variando entre sociedades. Por exemplo, rituais de iniciação podem ser encaradas como violentos pela sociedade ocidental, mas não pelas sociedades que o praticam.

## 3. O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

O conceito de família nem sempre foi o mesmo, sofreu alterações de acordo com o evoluir dos tempos.

No Antigo Regime, não existia os termos criança ou adolescente, a criança não tinha infância, era considerada um "adulto jovem". Sobre isso, Ariés (1988) diz que:

Passava-se diretamente de criança muito pequena para adulto jovem, sem passar pelas várias etapas da juventude de que eram talvez conhecidas antes da Idade Média e que se tornavam o aspecto essencial das sociedades evoluídas dos dias de hoje.

A educação da criança não era assegurada pela família. Cedo as crianças se envolviam com os adultos em atos sociais tradicionais, de ajuda aos pais, nos labores habitacionais no caso das meninas e nos meninos na conservação dos bens e negócios familiares. Era deste modo que adquiriam conhecimentos e valores essenciais à sua formação. A família não demonstrava afetividade, embora o amor

fosse um sentimento presente. A afetuosidade registrava-se nas pessoas próximas às crianças, tais como: as avós, os serventes, os vizinhos, etc.

Na época do Estado Novo, à esposa era dada a responsabilidade pela educação dos filhos, sendo que a parte econômica era quase total do marido. Desta forma, o pai surge como o único provedor de sustento familiar, sem o qual, não haveria dinheiro para comprar o necessário. Com as alterações sociais pós 25 de Abril (Revolução dos Cravos), a família sofreu grandes transformações, que já tinham acontecido em outros países já democratizados. Diminuiu o número de filhos por casal; o casamento tornou-se mais instável com um número crescente de divórcios, aumentando, assim, as famílias mono parentais e reconstruídas; as mulheres passaram a ter uma atividade profissional, estudarem até mais tarde, buscando a independência econômica e relegando, muitas vezes, a maternidade para segundo plano.

Hoje, em família abordam-se temas que eram impensáveis no passado. Os pais já não são os senhores absolutos da lei e da ordem, nem os únicos gestores dos bens da família. Por seu turno, as mães não são unicamente as protetoras do lar e zeladoras da educação e formação dos filhos.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996) reforça que: "a família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e normas".

Todavia, devido às exigências atuais, os pais cedo colocam os filhos em creches ou escolas. Chegam em casa exaustos de um dia de trabalho, têm ainda os afazeres domésticas ou trazem trabalho para casa. A criança é colocada sozinha para ver televisão ou para brincar, sem um adulto que lhe dê atenção. A relação familiar centra-se prioritariamente nas necessidades físicas da criança, ou seja, na alimentação, na higiene, no descanso, entre outros.

As novas tecnologias imediatamente as seduzem as crianças e permitem a aquisição de novos saberes. O seu conhecimento vai progredindo através das informações que recebe do meio onde se insere, do meio familiar, do grupo de pares, da escola, dos meios audiovisuais. Enquanto jovens, o lazer e o convívio com os colegas têm uma importância primordial no seu processo de socialização e formação. Pais (1993) refere que as culturas juvenis são fortemente viradas para o lazer, de certa forma em oposição ao saber tradicional da escola e da família, que

privilegia a ordem e a certeza, o ensino e a transmissão de conhecimentos e experiências entre seus pares.

Embora haja certa continuidade na transmissão de valores de pais para filhos, a verdade é que os jovens de hoje adquirem a sua identidade não só dentro, mas também fora da família, através de discursos variados que a escola e a família poderão ou não integrar. Todavia, a família não se pode demitir do seu papel e atribuir responsabilidades aos outros agentes educativos na formação dos seus descendentes.

## **4. TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA**

Embora a forma mais evidente de violência seja a física, existem diversas formas de violência, caracterizadas particularmente pela variação de intensidade, instantaneidade e perenidade.

### **4.1. VIOLÊNCIA FÍSICA**

Algumas formas de violência, especialmente a violência física, a agressão propriamente dita, causando danos materiais ou fisiológicos, caracterizam-se pela intensidade comparativamente alta, assim como pela instantaneidade - porém tendo pouca perenidade. Existem inúmeras variações da violência física (ou ainda, sub-variedades), como o estupro, o assassinato e/ou o antigo (e desusado) duelo.

### **4.2. VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA**

A violência psicológica consiste em um comportamento (não-físico) específico por parte do agressor, seja este agressor um indivíduo ou um grupo específico num dado momento ou situação.

Muitas vezes, o tratamento desumano tais como rejeição, depreciação, indiferença, discriminação, desrespeito, punições (exageradas), podem ser consideradas graves tipo de violência. Esta modalidade, muitas vezes não deixa (inicialmente) marcas visíveis no indivíduo, mas podem levar à graves estados psicológicos e emocionais. Muitos destes estados podem se tornar irrecuperáveis em um indivíduo, de qualquer idade.

As crianças são mais expostas à violência psicológica, tendo em vista que dispõem de menos recursos que lhe garantam a proteção. O ambiente familiar e a escola tem sido os locais mais reportados. Pais e parentes próximos podem desencadear uma situação conflituosa que envolva a criança, por exemplo. Na escola, os colegas, professores ou mesmo a instituição escolar como um todo podem ser os causadores de situações de constrangimento.

Os adolescentes também são vítimas da mesma situação por motivos semelhante às crianças.

Mesmo indivíduos adultos podem sofrer as mesmas conseqüências danosas.

Um exemplo claro disto são as situações de assédio moral. Assédio moral é a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. São mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização.

Em geral, provocam ações humilhantes ao profissional ou o cumprimento de tarefas absurdas e impossíveis de realizar, para gerar a ridicularização pública no ambiente de trabalho e a humilhação do profissional. Pelo assédio moral, busca-se denegrir a imagem do profissional com humilhações e, muitas vezes, mentiras.

Aquele que faz o assédio moral pode ter desejo de abuso de poder para se sentir mais forte do que realmente é, ou de humilhar a vítima com exigências absurdas. Alguns inclusive são sádicos e provocam outras violências além da moral.

Por ser algo privado, nem sempre a vítima consegue na justiça provar o que sofreu, principalmente porque tem dificuldade de conseguir testemunhas, porque estas preferem se calar a colocar o emprego em risco. Em todo o caso, a situação começa a contar com estudos especializados e a própria Justiça passa no momento sob uma ampla revisão da matéria.

### 4.3. VIOLÊNCIA POLÍTICA

Um pouco diferenciada da violência social é a violência política; esta foi relacionada no passado a atentados e assassinatos, sendo praticamente exclusiva de escalões próximos aos governos.

O terrorismo (que deve ser entendido como violência física e política, simultaneamente) contribuiu para "democratizar" a violência política. Assim, essa modalidade é instantânea, por vezes intensa e deve ser obrigatoriamente perene.

Uma das formas mais conhecidas de violência política foi o chamado Terror, período revolucionário na França em que a sustentação de um regime se deveu à pura e simples eliminação de todos os suspeitos e a um estado de guerra total (em sua primeira aparição) e pânico de massas. O período nazi-fascista é exemplar em termos de violência de todas as formas, como será discutido em outra seção adiante.

Outra forma de violência política é a imposição de ideologias – de qualquer matizes, tanto de direita quanto de esquerda – a massas, embora haja uma crença geral de que a humanidade esteja mais consciente e menos refém desse tipo de ato político violento. A violência revolucionária pode ser considerada uma variação da política; envolve a ruptura (logicamente instantânea e intensa, e necessariamente perene) de uma situação social, como nos casos específicos da Revolução Russa de 1917 ou da Revolução Francesa de 1789.

### 4.4. VIOLÊNCIA CULTURAL

A violência cultural é pouco conhecida e constitui na substituição de uma cultura por um conjunto de valores importados e forçados. O exemplo clássico é a europeização dos indígenas americanos, principalmente nas regiões onde instalaram-se missões católicas (América do Sul, México). Mais recentemente muitas missões religiosas (essencialmente as cristãs) podem danificar a estrutura de tribos mais primitivas, provocando a longo prazo um esfacelamento de sua identidade cultural. É um tipo de violência intensa, perene e pouco instantânea.

#### 4.5. VIOLÊNCIA VERBAL

Há formas mais individualizadas de violência, como a violência verbal.

Normalmente afetam indivíduos em situações especiais, e não raro acompanham-se de violência física.

#### 4.6. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em todas as sociedades existe a violência contra a mulher. Dados Mundiais da OMS (Organização Mundial da Saúde), e nacionais (Brasil), indicam números impressionantes sobre este tipo de violência.

A violência contra a mulher engloba várias formas de violência, inclusive psicológica, não só o estupro. O abuso sexual de meninas no lar ou fora dele, a violência por parte do marido, assédio e intimidações sexuais no local de trabalho ou instituições educacionais, a prostituição forçada, entre outros, são exemplos dessa violência. No Brasil os assassinatos de mulheres, cometidos por seus companheiros ou mesmo parentes próximos têm atingido números impressionantes. A violência contra a mulher é, em geral, praticada pelo marido, namorado ou ex-companheiro.

#### 4.7. VIOLÊNCIA INFANTIL

Trata-se de uma forma cruel de violência, pois, a vítima é incapaz de se defender. Um exemplo é o abuso sexual de crianças.

A maioria dos casos de abuso sexual de crianças envolve parentes e amigos que se aproveitam principalmente da fragilidade da vítima para satisfazer seus desejos. Uma pessoa que abusa sexualmente de crianças pré-púberes não é necessariamente pedófila.

#### 4.8. VIOLÊNCIA ESPONTÂNEA X INSTITUCIONAL

Há uma grande diferença entre: violência institucional e violência espontânea.

A espontânea, trabalhada e cuidadosamente adaptada à situação, é empregada por grupos sociais de maneira sancionada, ou pelo menos é tolerada sem grandes problemas; a outra causa é constituída de pequenos atos e

provocações (testes), e às vezes causa vergonha e arrependimento quase que imediatamente após cessar.

A violência institucional usa-se da propaganda (ou da comunicação social) para vender uma suposta "naturalidade", visando maior aceitação. Ela é típica de guerras, pois nenhuma guerra se sustenta sem a aceitação por parte do povo de uma agressão a outro grupo, agressão que é justificada de maneiras mais engenhosas quanto possível (racismo, "direito natural" a possessões no exterior, revanchismo, etc).

## 5. A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A existência social é um processo. Quando um de seus problemas é resolvido, outros surgem muitas vezes gerados pelas soluções anteriormente encontradas e aplicadas. Um dos problemas que vem ocorrendo, com mais freqüência, nos últimos dez ou vinte anos, é um tipo de violência, conhecida como intimidação por colegas nas escolas. Isso se transformou num problema que vem despertando interesse em muitos países: Escandinávia, Japão, Reino Unido, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos entre outros.

Os tipos de intimidação variam, podendo ser: física, como bater, chutar, socar, tomar os objetos pessoais; verbal, caracterizada quando há implicância, insulto, incluindo as novas formas, como intimidação por e-mail e por telefone; exclusão social, como a ordem "você não pode brincar conosco"; formas indiretas e relacionais, como espalhar boatos maldosos, que podem estar relacionados à raça, denominada intimidação racista como caçadas e xingamentos. Outro tipo de intimidação é a homófoba, quando pessoas recebem agressões ou são ridicularizadas devido a sua orientação sexual.

Este termo difere pouco de país para país. Nos EUA é conhecido como *bullying*. Na França, chamam de *harcèlement quotidien*; na Itália, de *prepotenza* ou mesmo de *bullismo*; no Japão, de *ijime*; na Alemanha, de *aggressionen unter schülern*; e, em Portugal, de maus-tratos entre os pares. No Brasil, é adotado como intimidações com colegas.

A intimidação, geralmente, é vista como um subconjunto de comportamentos agressivos, sendo caracterizada por sua natureza repetitiva, onde a mesma vítima é tomada como alvo inúmeras vezes. Além disso, por uma ou mais razões, a vítima

não consegue se defender com facilidade: ele ou ela pode estar em minoria, pode ser de menor tamanho ou força física, ou apresentar menos flexibilidade psicológica que o autor ou os autores da intimidação.

Há muitas indicações que sugerem que fatores múltiplos e interatuantes têm forte impacto sobre o surgimento da agressão e dos comportamentos anti-sociais nos jovens. Dentre estes, estão os fatores genéticos como o temperamento, e fatores ambientais como a experiência de disciplina pouco eficaz, falta de afetividade por parte dos pais e de orientação parental em casa.

Assim, alguns atos de violências podem estar relacionados à agressão, em especial, a agressão indireta de jovens que apresentam problemas de comportamento e podem agir de forma agressiva, tornando-se vítimas provocadoras. Quando escolhem amigos indisciplinados têm mais chances de vir a se tornar “igual” a estes, ou gravitar rumo a grupos anti-sociais, onde desfrutarão de alto status no grupo de pares.

Numa investigação pioneira de grupos delinqüentes em escolas públicas, Guimarães (1996), identificou alunos que eram reconhecidos como líderes, mas que, ao mesmo tempo, eram impopulares e temidos pelos colegas em geral. Esses jovens haviam alcançado alto *status* no seu grupo de pares devido ao seu talento para brigas, seu comportamento permanentemente agressivo e sua postura anti-social e antiescola. Ele afirma ainda que a violência grupal vem aumentando, geralmente se trata de mais de um aluno contra uma única vítima. Conseqüentemente, quando a agressão é provocada por um grupo, a responsabilidade é dividida, e os integrantes do grupo se tornam mais ousados.

Ao estudar o desenvolvimento da delinqüência juvenil, Levisky (1998), verificou que os mais importantes indicadores motivadores de possível delinqüência eram comportamentos anti-sociais na infância, impulsividade, baixos níveis de inteligência e desempenho escolar, criminalidade na família, pobreza e cuidados parentais deficientes. Observou ainda que os meninos quando na infância ou na adolescência aparecem na categoria dos intimidadores e agressivos, tendiam a cometer mais infrações na idade adulta. Viviam em circunstâncias familiares piores, apresentavam maior tendência a entrar em conflito ou a serem violentos em relação a seus companheiros de trabalho ou sua mulher, tinham maior probabilidade de desemprego, de serem autuados por dirigirem bêbados, a consumirem drogas e a cometerem um maior número de delitos envolvendo violência.

Outros fatores possuem íntima relação com a juventude e violência na escola, como as desigualdades e o não-acesso à riqueza e cidadania, ou seja, a exclusão social, responsável pelos baixos indicadores de rendimento na aprendizagem e de conflitos no gerenciamento escolar.

Os trabalhos destinados aos adolescentes realizam um disciplinamento do sujeito através da formação de uma determinada individualidade: o adolescente comportado, cujo corpo docilizado está pronto para voltar-se para a escola, para o mercado, assimilando os dispositivos disciplinares de forma menos resistente, dando continuidade à perpetuação de um poder que não cessará de perceber, olhar e firmar-se como positividade.

É baseando-se nestes termos que a adolescência pode ser compreendida como um produto dos efeitos de poder do saber escolar. A instituição escolar com sua prática e seu discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa disciplinadora e contraditória, cria um tipo de aluno apropriado para ela (FOUCAULT, 1999).

As relações entre professores e alunos propiciariam sociabilidades e certo "autoritarismo pedagógico", observado nos comportamentos repressivos por parte dos professores, em sala de aula, e pelas "violências simbólicas", acometidas, algumas vezes, por eles, como não dar aula, ou ministrar com qualidade discutível, ou ainda não discutir sua autoridade nas relações interpessoais com os alunos.

Compreender essa situação implica em aceitar a escola como um lugar que se expressa numa extrema tensão entre forças antagônicas. O professor imagina que a garantia do seu lugar se dá pela manutenção da ordem, mas a diversidade dos elementos que compõe a sala de aula impede a tranqüilidade da permanência nesse lugar. Ao mesmo tempo em que a ordem é necessária, o professor desempenha um papel violento e ambíguo, pois se, de um lado, ele tem a função de estabelecer os limites nas sociabilidades, das obrigações, de outro, ele desencadeia novos dispositivos para que o aluno, ao se diferenciar dele, tenha autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sobre sua própria vida (GUIMARÃES, 1996).

A violência na escola perpassa por fatores que tornam transversal a dinâmica escolar e, em particular, a ação do professor. O professor na qualidade de agente privilegiado, invariavelmente assume o teor normativo/confrontativo.

Dessa forma, Guimarães (1996) oferece-nos pistas adicionais para a compreensão dessa dinâmica confrontativa, quando define que a escola, como

qualquer outra instituição, está planejada para tratar as pessoas como se elas fossem iguais, seguindo uma compreensão de que quanto mais igual, mais fácil de dirigir.

Nessa concepção, a homogeneização é exercida através de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que esquadriham o tempo, o espaço, o movimento, gestos e atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos seus corpos uma atitude de submissão e docilidade. Assim como a escola tem esse poder de dominação que não tolera as diferenças, ela também é recortada por formas de resistência que não se submetem às imposições das formas do dever-ser. A escola contemporânea tem se apresentado, cada vez mais, como um espaço de confrontos que, em muito, ultrapassam aqueles relativos ao embate intelectual/cultural. Supomos, então, que em seu interior exista certa ambigüidade ou ineficácia, naqueles que a fazem, cotidianamente. Trata-se de uma crise, ao mesmo tempo, paradigmática e ética.

Conforme ressalta Arendt (1992), A crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude perante o âmbito do passado. É muito difícil para o educador arcar com esse mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado. Assim, esse aspecto tem influenciado a precariedade das relações sociais, dentro e fora da escola.

Nas escolas, a violência vem sendo acumulada ao longo do tempo, ocasionando danos irreparáveis e traumas profundos nas vítimas, e ainda, instalando um sentimento de impunidade no perpetrador, mesmo entendendo que alguns destes podem vir a serem vítimas, também.

## **6. CAUSAS DA VIOLÊNCIA ENTRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS**

Há pais que projetam na criança características indesejáveis e até odiosas que eles desprezam em si próprios. Por isso, mesmo dispendo de condições econômicas para mantê-la, acabam transferindo para outras pessoas a responsabilidade de sua educação.

Há pais que simplesmente ignoram a existência dos seus próprios filhos, para os quais não conseguem ter uma palavra de carinho, um gesto protetor. Essas crianças ressentem-se física e psiquicamente da falta de afeto e por isso vivem

doentes. A indiferença de algumas mães é tão grande, que nem chegam a perceber o que se passa com o filho, e espantam-se quando o médico constata o estado lamentável de seu frágil organismo.

Além disso, as crianças vítimas de casamentos desfeitos ou infelizes são freqüentemente prejudicadas por vivenciarem situações agressivas, discussões e brigas violentas entre seus pais. Quando o casal se suporta apenas por causa das crianças, essas acabam se transformando num motivo a mais de conflito. Pai e mãe passam, então, a manifestar sentimentos ambivalentes de amor e ódio em relação ao filho, o que acentua ainda mais o seu sentimento de culpa. Além disso, é comum os pais usarem a criança como uma arma na sua disputa emocional, ameaçando retirar-lhe o afeto caso ela demonstre preferência pela parte contrária. Vítima dessa chantagem, a criança acaba por sentir-se tão rejeitada e sem amor quanto à criança abandonada.

Presume-se, assim, que esses fatores interferem na formação da personalidade das crianças e adolescentes e, muitas vezes, contribuem para que se tornem agressivas e problemáticas.

## 6.1. ANALISANDO A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA

A sociedade, até bem pouco tempo, negava-se a assumir as responsabilidades para com a criança abandonada.

Segundo Sá (1997):

Atualmente, porém, a maioria dos países desenvolvidos dispõe de leis para proteção dos pequenos sem lar, embora as instituições, por melhores que sejam, nunca podem oferecer um substituto adequado para uma vida familiar feliz. No entanto, o amor, o carinho e a sensação de pertencer a um núcleo social são igualmente importantes para que o pequeno se torne finalmente um adulto maduro e construtivo.

A pedagogia do oprimido, definida por Freire (1981) como pedagogia humanista e libertadora, tem dois momentos distintos: “primeiro, aquele em que os oprimidos vão desvelando o mundo de opressão e, segundo, aquele que transforma a realidade opressora e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.”

Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência, como poderiam ser os promotores de algo que, ao instaurar-se objetivamente, os constitui?

Não haveriam oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os configura como violentados, uma situação objetiva de opressão. Assim, quem inaugura o desamor, não são os desmandos, mas os que não amam, porque apenas se amam.

Freire (1981) diz que: “educador e educando (liderança e massa), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar esses conhecimentos.”

Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento.

## 6.2. DELINQUÊNCIA JUVENIL

A delinquência juvenil, a cada dia, vem se disseminando no seio da sociedade, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, pela desagregação da família, pela falta de orientação por parte dos pais e, sobretudo, pela impunidade e pela liberação do uso de drogas a jovens e adultos.

Com base nas afirmações de Teixeira (1981), a droga surge como uma necessidade dentro dos grupos, que são transgressores em essência. Em função do caráter de transgressão comum às gangues, muitos projetos se equivocam ao buscar a recuperação desses jovens através do trabalho. Eles se revoltam contra a condição de submissão e exclusão do grupo social ao qual pertencem e, portanto, sabem que as suas opções de trabalho são aviltantes.

A escola é um ponto importante nessa tarefa de solucionar o problema da violência e delinquência de adolescente, jovens e, até mesmo de crianças, pois, como espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, precisa ter qualidade e se integrar à comunidade a sua volta. Isso é comprovado nas estatísticas apresentadas nos indicadores sociais, que referem que as escolas que permanecem abertas nos finais de semana, para uso da comunidade, conseguem quase eliminar o vandalismo em suas dependências.

Nesse contexto, o professor precisa lutar em busca de mudanças, pois ele é, incondicionalmente, um agente de libertação e de transformação. É preciso constituir uma escola sem exclusão, sem elitismo, na qual todos se engajem e tenham voz e vez.

Além de uma escola pública melhor e que envolve a comunidade, fazem parte da lista de ações recomendadas por quem estuda a violência uma polícia melhor equipada e um Poder Judiciário mais ágil e, se necessário, mais rigoroso.

### 6.3. VIOLÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA

A educação não se manifesta, na sociedade, como um fim em si mesma, mas como um instrumento de manutenção ou transformação social. Com essa compreensão, a educação se mostra como redentora da sociedade, integrando harmonicamente os indivíduos no todo social já existente. Nessa perspectiva, ela é uma instância social voltada à transformação dos indivíduos, tornando-os autônomos, críticos, criativos e produtivos, capazes de desenvolver habilidades, de construir conhecimentos e de se apropriar dos valores éticos, necessários à convivência social.

Para o professor, a escola não é lugar de reprodução das relações de trabalho alienados e alienantes. As relações sociais, que se dão no interior da escola, são pautadas em valores morais que definem como o educador deve agir com seu aluno e este, com seus professores e colegas. A prática dessas relações forma moralmente os alunos.

Oferecer um tratamento igualitário a todos deve ser a principal meta da escola, considerando que todas as pessoas têm os mesmos direitos, o que configura um dos princípios fundamentais das relações humanas, que mostra a importância da justiça para a formação do cidadão.

A agressividade humana e os comportamentos violentos dela decorrentes originam de diversos fatores sociais, de contextos culturais e de sistemas morais. A escola, sobretudo, a pública, costuma receber um público heterogêneo. A relação da escola com a comunidade é também fonte rica de convivência com política e competência técnica.

Na abordagem da violência nas escolas públicas, precisa-se considerar o atual contexto sociocultural, entendendo-se que esse enfoque ajuda a compreender

a complexidade da problemática educacional identificada no cotidiano da sala de aula.

A criação de um clima favorável ao aprendizado depende do compromisso do professor em aceitar as contribuições dos alunos, respeitando-os, mesmo quando se manifestarem de forma confusa, incorreta, mostrando, assim, a importância do respeito às diferenças individuais, ao pensamento discrepante e às preferências de cada indivíduo, por parte do grupo, assegurando a participação de todos os alunos. Sente-se uma grande preocupação com a busca de compreender a amplitude dos problemas educacionais, visando ao melhor desempenho do professor e contribuindo com o aperfeiçoamento qualitativo do ensino.

A violência na escola pública é um tema de grande relevância, inserido no processo educacional. Muito se tem abordado sobre esse assunto e muitas pesquisas já foram direcionadas nesse campo. Partindo desses pressupostos, é preciso analisar pessoas, idéias e atitudes que interferem na motivação e aprendizagem.

Ficam claros os fatores que interferem na aprendizagem, relacionados ao professor, aluno, à família, à escola e ao Estado. Muitas pesquisas apontam a desmotivação dos professores diante de sua má remuneração, seu desprestígio e por serem submetidos a jornadas de trabalho excessivas e exaustivas, o que os incapacita de satisfazer suas necessidades básicas de uma forma digna. Quanto ao aluno, têm-se levado em conta os seus problemas socioeconômicos e os fatores psicológicos, decorrentes da situação de pobreza dos pais, dos desajustes familiares e, sobretudo, da carência afetiva.

Na escola, observa-se a falta de participação dos professores, dos alunos, dos pais e da comunidade no processo educacional, além da ausência de compromisso com oferecer uma educação voltada à transformação e à construção da cidadania.

No Estado, a política de baixos salários, a falta de condições humanas e materiais e a má administração dos recursos públicos também são fatores que se consideram como geradores da violência na escola e na sociedade, de modo geral.

#### 6.4. A ESCOLA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A importância dada aos conteúdos escolares revela um compromisso da

instituição escolar com garantir o acesso aos saberes sistematizados que se agregarão àqueles construídos socialmente. Os saberes assim elaborados se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de refutar ou reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições em relação a crenças, dogmas e à petrificação de valores.

Uma importante conquista da Constituição de 1988 foi definir, em seu artigo 208, § 1o, que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL, 1988), conquista mantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9394/96, no seu artigo 5o. (BRASIL, 1996), que assegura que: “o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.”

Essa LDB nº. 9394/96, no inciso X, artigo 3o (BRASIL, 1996), é a primeira de leis educacionais brasileiras a expressar uma concepção de educação que ultrapassa os muros da escola, apoiando-se no princípio da valorização da experiência extra-escolar. Assim, reconhecer a vinculação da educação com o mundo do trabalho e a prática social estão asseguradas no § 2o., artigo 2º. da LDB (BRASIL, 1996).

No Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) a relação de situações consagradas na legislação tutelar do referido diploma legal produz a necessidade de profundas adequações na grande maioria dos modelos educacionais em vigor.

Esse Estatuto propõe uma escola transparente e democrática, participativa e comunitária como um espaço cultural e de socialização de pessoas em desenvolvimento, uma escola formadora de cidadãos, pessoas preparadas para o exercício de direitos e o cumprimento de deveres sinônimo de cidadania. Compete ao Conselho Tutelar atender à criança e ao adolescente, assim como a seus pais ou responsáveis, toda vez que se afigurar uma situação de risco pessoal ou social. A importância do valor justiça para a formação do cidadão é evidente. Na realidade, as crianças ensinam muito aos adultos: basta observá-las e amá-las, dando-lhes afeto e carinho.

Existem alguns caminhos que conduzem a mudanças de atitudes como docentes, pois a motivação é fato preponderante no processo de aprendizagem, tanto para o aluno, como para o professor. Cada sociedade, cada país é composto de pessoas diferentes entre si. Essa diversidade, freqüentemente, é alvo de preconceitos e discriminações, o que gera conflitos e violências.

Na perspectiva da minimização da violência na escola, é preciso que a escola desenvolva um trabalho de incentivo ao professor no sentido de se dedicar à leitura e a um planejamento mais reflexivo sobre a realidade do aluno, promovendo debates, discussões, que envolvam toda a escola e a comunidade no sentido de fazer valer seus direitos e deveres como cidadãos.

Compreende-se que uma educação transformadora tem que se fundamentar nas concepções críticas da sociedade. Cada sociedade, cada país é composto de pessoas diferentes entre si. Essa diversidade freqüentemente é alvo de preceitos e discriminações, o que resulta com conflitos e violências.

Para finalizar, considera-se que, apesar das dificuldades existentes no meio educacional, confia-se no trabalho da escola e na eficiência do professor para solucionar o problema da violência na escola e na sociedade, pois o somatório desses esforços, com certeza, contribuirá para a formação de um homem crítico, consciente e apto para o exercício da cidadania e a um convívio social mais humano e harmonioso.

## **7. A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: COMO ENFRENTÁ-LA**

Para muitos pais, alunos e profissionais de educação, a violência vem de fora da escola. Ou seja, a escola é vista como uma vítima de "maus elementos" que a atacam, depredam e roubam. E, no entanto, a escola também produz a violência no seu cotidiano. É uma violência sutil e invisível, que se esconde sob o nome de "evasão". É, inconscientemente, promovida pelos próprios educadores através de regulamentos opressivos, currículos e sistemas de avaliação inadequados à realidade onde está inserida a escola e medidas e posturas que estigmatizam, discriminam e afastam os alunos.

O ambiente escolar soma mais algumas à série de violências que pesa sobre a vida das crianças e jovens que freqüentam a escola pública. Muitas vezes, a

escola diz-se neutra, universal e com valores próprios. Essa "neutralidade" acentua e dissemina valores estranhos àqueles que ilustram o cotidiano das crianças pobres, que vêem reprovados seus hábitos e seu jeito de falar. Ao inferiorizar os alunos pobres, a escola lhes ensina a resignação frente ao fracasso. Quando os alunos deixam a escola, expulsos pelos mecanismos de evasão, encaminham-se para a outra parte do ciclo: o trabalho mal remunerado, o subemprego e os presídios.

Quase sempre, a violência não é um ato gratuito, mas uma reação àquilo que a escola significa ou, ainda pior, àquilo que ela não consegue ser. A maioria das ocorrências violentas nas escolas são praticadas por alunos ou ex-alunos. Ou seja, muito raramente são "elementos estranhos" que atacam a instituição. Há uma diferença qualitativa entre os diversos tipos de "atos de violência" que chegam à direção das escolas. A gravidade das situações é variável e os efeitos das providências tomadas podem ser muito sérios. Os envolvidos, em geral, são alunos ou jovens expulsos indiretamente através dos mecanismos de evasão. Por isso, é importante que a escola se volte para estes jovens, buscando a sua reintegração na condição de alunos ou de usuários de espaços e serviços oferecidos à comunidade.

Não é fácil erradicar a violência da sociedade. No entanto, é possível e necessário controlar alguns dos mecanismos que a geram, reduzindo seus efeitos.

Democratizar a escola é a linha central de todas as intervenções para diminuir a violência em seu ambiente. A mudança na prática do sistema de ensino deve levar à eliminação das barreiras - muitas vezes não percebidas - entre os alunos e a escola, entre a comunidade e a escola. Num trabalho que envolve ações de curto, médio e longo prazos de maturação, as violências geradas pelo próprio sistema escolar devem ser questionadas e subvertidas pelos seus atores.

A democratização do acesso à escola não deve ser vista só como a extensão do atendimento escolar (aumentando o número de vagas, por exemplo) ou mesmo a criação de condições materiais para a fixação do aluno. A democratização deve ser encarada de forma mais abrangente, significando, também, a mudança das relações internas e da estrutura de funcionamento da instituição escolar, valorizando e estimulando em seu interior a presença dos alunos marginalizados pela sociedade.

Assim, para atacar o problema da violência nas escolas, o primeiro passo é situá-lo dentro de sua esfera de complexidade. A violência na escola é diferente da violência nas ruas: insere-se no meio escolar, alimenta-se da sua dinâmica e de seus vícios. Soluções policiais não resolvem. É claro que, se for necessário,

deve-se colocar vigias, gradear janelas e outras atitudes. Mas estas medidas terão pouca eficácia se não forem acompanhadas de outras, que resolvam o problema em seus aspectos sociais e pedagógicos. Para isto, é necessário trabalhar com os profissionais de educação, com os alunos, com a comunidade e com a polícia, procurando estabelecer uma compreensão mais ampla da violência, como fenômeno social que possui uma face visível e muitas outras invisíveis. Para consolidar esta nova compreensão da violência é preciso um esforço de repensar a escola tanto interna quanto externamente, em suas relações com o ambiente em que se encontra.

Como a escola depende do que está à sua volta, o entorno deve ser sempre considerado. Se a escola estiver integrada a ele, abrindo o seu espaço - privilegiado e valorizado - não só aos alunos, mas ao oferecimento de soluções para problemas e necessidades da região, fará com ela seja mais respeitada pela comunidade onde se insere.

É importante promover atividades comunitárias e o uso das instalações para eventos ou para o lazer dos moradores das imediações, contando com a participação e o envolvimento dos diretores, professores e outros profissionais, levando-os a substituir o medo por novas posturas que contribuam para a superação de uma mentalidade violenta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade tem sofrido significativas transformações. A família, núcleo primordial de educação, dissimuladamente, delega esse papel para a escola, pois, é no contexto educativo que as crianças passam a maior parte do dia. Entretanto, nenhuma outra instituição poderá jamais substituir as condições educativas da família, nem parece ser razoável que seja unicamente a escola a ensinar valores tão necessários para o normal desenvolvimento da criança tais como: a democracia, as regras para a sã convivência, o respeito pelo outro, a solidariedade, a tolerância e o esforço pessoal. À escola não se pode pedir que além de ensinar os conteúdos programáticos exigidos pelo Ministério da Educação, tenha também que ter a função educativa que compete aos pais. No meio de tudo isto, a verdade é que a violência

continua a existir e a registrar-se cada vez mais na população jovem. A escola não pode ignorar que os conflitos e problemas sociais existem, e é precisamente na escola que as crianças imitem comportamentos que diariamente observam. Meios onde proliferam os maus tratos físicos e psicológicos, onde as privações, a promiscuidade, a baixa escolarização, a pobreza andam de mãos dadas. Neste campo, é urgente uma intervenção conjunta realmente eficaz, fornecendo à população em risco modelos de conduta adequados ao desenvolvimento afetivo, intelectual e moral de todos os implicados. Não podemos deixar que as crianças se transformem em futuros inadaptados ou futuros marginais, só porque não tiveram referências positivas na infância e porque as diversas entidades educativas se foram esquecendo que essas crianças também necessitam de carinho, de afeto, que também são seres humanos como todas as outras crianças.

A partir da análise e leitura do referencial teórico, conclui-se que, a violência, sob o ponto de vista geral, é compreendida como de natureza opressiva, constrangedora, produtora de sofrimento, portanto, uma força, fixa ou não, que sustenta o sistema dominante, mas, por outro lado, pode ser uma pressão que rompe a ordem, dependendo do nível de desenvolvimento da sociedade. Esta condição se expressa no espaço onde a força é exercida, podendo ser no interior ou fora das instituições, como a escola, a família, a casa. Esta espacialização da violência pode ocorrer nas esferas públicas e privadas.

A violência pode expressar-se de forma física (agressões), econômica (depredações) ou simbólica (intimidações), motivada por paixões ou sem razão aparente, portanto, vazia de sentido. A violência produz algo, uma ação, uma revolta, uma crise, entendido como positivo ou não, mas resultado de contradições que são inerentes às sociabilidades existentes e não se constitui um paradoxo.

Os agentes da violência podem ser as instituições sociais, como o Estado, a escola; ou grupos, como as gangues juvenis; ou o indivíduo isolado. Tais ações violentas podem significar respostas às necessidades econômicas, culturais ou pressões grupais, mas em todos existiria a vontade de exercê-la, uma deliberação, uma decisão que foi posta em prática.

Neste sentido, a escola não é apenas um espaço de socialização de valores constitutivos da cidadania e de identidade, mas um espaço em que se reafirma e reproduzem relações sociais e de poder da sociedade em geral, com seus variados significados. Neste sentido ainda, pode-se dizer que a violência na escola é um

fenômeno social com diferentes dimensões de natureza multicausal, envolvendo fatores estruturais e culturais, que a contextualizam em um ambiente teórico e de relações mais complexas. Este fenômeno social localiza-se, ao mesmo tempo, dentro e fora da escola, atingindo gestores, alunos, docentes e suas famílias.

Ora, se, por um lado, a escola representa, ou é apresentada no discurso oficial, como uma possibilidade de mobilidade social na estratificação de classes, por outro, no seu interior se reproduzem mecanismos de exclusão social e de negação da “terra prometida”. A escola seria o local onde ocorreriam interações dos grupos prejudicados e insatisfeitos, agravadas pelas formas convencionais de participação e de representação política, muito criticada e rejeitada, e em especial, pelos jovens.

Ao finalizar este estudo, foi possível elaborar algumas reflexões e alguns questionamentos, entre eles:

a) A violência em gênero é um fator social resultante das transformações na atualidade, possui importância subjetiva por parte dos grupos de pares e da mídia, em detrimento das relações sociais tradicionais, como a família, vizinhança, clubes e igreja. Como desconstruir este fenômeno e instalar uma cultura de paz?;

b) A escola gera uma espécie de desilusão coletiva em relação aos benefícios da escolarização e, conseqüentemente, em relação a ela própria. Esse processo é alimentado pela exclusão continuada que nela acontece, à medida que a democratização do ensino amplia o acesso à escolaridade, mas mantém as condições desiguais de permanência e de êxito escolar. Como as instituições públicas podem implementar conjuntamente, com as energias dos vários atores sociais, ações de impacto na direção de uma educação inclusiva, que melhore a vida da população?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARIÈS, Philippe (1988). **A criança e a vida familiar no Antigo Regime**. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/96**. Brasília: Senado Federal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: A história da violência nas prisões**. Tradução por Ligia M. Pondé Vassalo Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

GUIMARÃES, Áurea M. **Vigilância, punição e depredação Escolar**. Campinas, SP:

JERSILD, Artur Thomgs. **Psicologia da Criança**. Belo Horizonte: INL.1973.

LEVISKY, D. L. (Org.). **Adolescência pelos caminhos da violência**. São Paulo:

MURAD, João Edson. **Como Enfrentar a Adolescência**. Belo Horizonte: Unbh,1985.

PAIS, J. Machado (1993). **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional. Papyrus, 1985.

SÁ, José, Maria. **Desajustamento como fruto da rejeição**. São Paulo: Revista Jurídica. Ano 1. Nº. 7, julho 1997.

TEIXEIRA, Ondina. **Psicologia do Sucesso**. São Paulo: Atlas. 1981.

UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 3ª Ed. Porto: Edições Asa.

VIAGEL. A. **Filosofia da Ciência**. São Paulo: Cultrix. 1982.